



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUINTA CÂMARA**

**Processo nº** 11176.000261/2007-19

**Recurso nº** 157.359 Voluntário {

**Matéria** Auto de Infração: Dirigente Público

**Acórdão nº** 205-01.482

**Sessão de** 03 de fevereiro de 2009

**Recorrente** ALVINO PINHEIRO

**Recorrida** DRJ - CURITIBA / PR

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Data do fato gerador: 17/10/2006

**RECURSO INTEMPESTIVO.**

O recurso interposto intempestivamente não pode ser conhecido por este Colegiado.

Recurso Voluntário Não Conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

2º CC/MF - Quinta Câmara  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 26/03/09

*Flávio Luiz*  
Rosilene Alves Soares  
Matri. 1198377

ACORDAM os membros da QUINTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, Por unanimidade, não conhecer do recurso por intempestividade.  
Ausência Conselheiro Damião Cordeiro de Moraes.

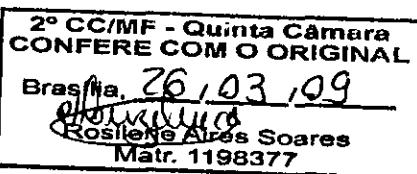
  
JÚLIO CESAR VIEIRA GOMES

Presidente

  
MARCO ANDRÉ RAMOS VIEIRA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, Marcelo Oliveira, Manoel Coelho Arruda Junior, Liege Lacroix Thomasi, Adriana Sato e Edgar Silva Vidal (Suplente).



## Relatório

O presente auto de infração foi lavrado com fundamento na ausência de preparação pelo Município de Amaporã de folha de pagamentos das remunerações pagas ou creditadas aos segurados a seu serviço, conforme relatório fiscal às fls. 09 a 18.

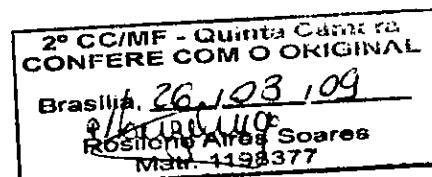
Não conformado com a autuação, foi apresentada defesa, fls. 29 a 32.

Foi exarada a Decisão-Notificação, que confirmou a procedência do lançamento, fls. 38 a 41.

Não concordando com a decisão do órgão fazendário, foi interposto recurso, conforme fls. 47 a 50.

Não foram apresentadas contra-razões.

É o relatório.



## Voto

Conselheiro MARCO ANDRÉ RAMOS VIEIRA, Relator

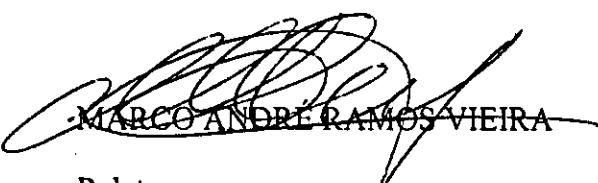
O recurso foi interposto intempestivamente. De acordo com o aviso de recebimento à fl. 43, o recorrente foi cientificado no dia 28 de novembro de 2007 (quarta-feira), à época, o prazo para interposição do recurso era de 30 dias, considerando-se que na contagem é excluído o dia de início, o prazo venceria em 28 de dezembro de 2007 (sexta-feira). O notificado interpôs o recurso no dia 8 de janeiro de 2008, fl. 47, portanto fora do prazo normativo (art. 305, § 1º do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, na redação original e art. 33 do Decreto nº 70.235).

### CONCLUSÃO:

Voto pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso, em virtude da intempestividade do mesmo.

É como voto.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2009



MARCO ANDRÉ RAMOS VIEIRA

Relator

